



doi: 10.20396/rfe.v12i3.8661985

História das mulheres em tempos de pandemia

Wilma de Lara Bueno¹

Resumo:

Este artigo visa refletir sobre a condição feminina durante a pandemia provocada pela covid-19 com o objetivo de realizar estudos históricos sobre as mulheres trabalhadoras, em diferentes condições sociais, atuantes nos espaço público e doméstico. Em tempos de pandemia, o estudo das informações de periódicos de circulação nacional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), bem como de artigos científicos evidenciam que novos desafios vêm se colocando às mulheres para atender aos compromissos profissionais e o desempenho da maternidade, sinalizando exigências de rupturas com concepções tradicionais.

Palavras-chave: Tempo Presente. História das Mulheres. Pandemia de covid-19.

Abstract:

This article aims to reflect on the female condition during the pandemic caused by covid-19 in order to carry out historical studies on working women, in different social conditions, operating in the public and domestic spaces. In times of pandemic, the study of information from nationally circulated journals from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), from the Institute of Applied Economic Research (IPEA), as well as from scientific articles show that new challenges are being posed to women for meet

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (1972), Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1996) e Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (2008). Atualmente integra o quadro docente da Faculdade UNINA - Curitiba. Soma experiências no Ensino Fundamental, Médio e trabalha há mais de 20 anos no Ensino Superior, nas áreas de História e Educação, com ênfase na pesquisa da História Regional do Brasil, atuando principalmente, nos seguintes temas: História, Educação, Gênero e Religiosidade. Integra o Núcleo Paranaense de Pesquisa em Religião (NUPPER)

professional commitments and the performance of motherhood, signaling demands for breaks with traditional concepts.

Keywords: Present Time. History of Women. Pandemic from covid-19.

1. Introdução

A história do tempo presente vem sendo objeto de estudos dos historiadores que buscam refletir sobre os conceitos do que é história e do que ela se ocupa enquanto área do conhecimento. Essas reflexões também se aproximam das classificações cronológicas que instituíram a História Contemporânea como sendo o estudo das sociedades de 1789 aos dias atuais. Discussões sobre esse conceito também sugerem que as problemáticas para as pesquisas partem do presente, ou seja, do tempo em que se insere o historiador, portanto do que lhe é contemporâneo. Daí a necessidade de se fixar o olhar no tempo presente, em sua velocidade, porém mantendo o devido distanciamento para refletir sobre o passado/presente ou vice-versa. Ou seja, quanto de passado existe em nosso presente, apesar das contínuas transformações? Segundo o historiador Henry Rousso:

Sendo a história do tempo presente por vezes associada a certa maneira de praticar a história contemporânea que não suscita apenas consenso, nem está, claramente, isenta de defeitos (...). Desprovida de uma real pertinência, ela introduz ainda mais imprecisão onde é necessário esclarecer as coisas. Principalmente porque reduz de novo a noção de contemporâneo apenas à proximidade temporal, o que lhe falseia o sentido, pois não se trata de medir o tempo histórico, mas de compreender a relação entre passado estudado e o presente do historiador (Rousso, 2016, p. 234).

De longo tempo, o compromisso do historiador vem sendo a interpretação do passado, no sentido de que cabe a essa área do conhecimento tal abordagem, e o tempo presente seria objeto de estudos de outros profissionais, por exemplo, dos jornalistas, uma vez que: “Os fatos realizados se apresentam a nós com uma clareza bem diferente daquela dos fatos em vias de realização” (Coulanges *apud* Rousso, 2016, p. 262). Aos historiadores, as ações humanas podem ser compreendidas em seu momento posterior e as apreensões do viver das sociedades, no tempo presente, invertem esta posição e podem ser *fluídas*, pois: “Eles [os jornalistas] interpretam uma história inacabada e assumem o caráter provisório de suas análises” (Rousso, 2016, p. 262).

Nesse entendimento, o calor do tempo presente exigiria a consolidação dos acontecimentos e o distanciamento do profissional, para interpretá-los à luz dos procedimentos teóricos e metodológicos que lhes são próprios. Na análise de Rousso (2016, p. 263), o historiador, que se ocupa dessa abordagem, assemelha-se aos estudiosos das ciências humanas e divide com eles estas inquietações, uma vez que se propõem às reflexões sobre um tempo em movimento e seus riscos.

Em seu devir, o cenário conceitual da história vem sendo constantemente repensado ao longo dos anos, desde seu rompimento com as concepções de história da escola metódica para a história-problema na tradição dos *Annales*, seus desdobramentos e aproximações interdisciplinares. Nesse processo, a atenção dos historiadores vem se debruçando no campo das ideias/conceitos, e a Teoria da História vem sendo desafiada a refletir sobre o tempo presente, as possibilidades de mudanças de paradigmas e o repensar sobre as antigas práticas historiográficas.

Entre esses desdobramentos, a história das mulheres vem ocupando um lugar significativo em abordagens interdisciplinares e na perspectiva teórica das relações de gênero. Trazendo esses sujeitos para o tempo de pandemia no Brasil provocado pela covid-19, o cenário revela-se como um campo profícuo de registros femininos relacionados às temáticas diversas como:

desemprego, violência, saúde mental, sobrecarga de trabalho, condição feminina, entre outras.

Refletir sobre o cotidiano das mulheres nesse contexto pode ser repensar as produções historiográficas sobre o passado e como tal conhecimento se revela no presente, numa temporalidade em movimento, o que pressupõe incertezas, uma história contínua, sem um desfecho sedutor, ou seja, como uma *história inacabada*. Nessa perspectiva, situam-se as mulheres como objeto de estudo, entre o passado e o tempo presente.

2. As mulheres e a construção da história

Como na obra *Angelus Novus*, de Paul Klee, em que o anjo deseja olhar o passado, mas é arrastado para um futuro destruidor em razão do progresso (Benjamin 1985, p. 226), também, nos dias atuais, essa obra é inspiradora. Historiadores e estudiosos de diferentes áreas assistem (e vivem) às intensas mudanças que vêm marcando o mundo, sobretudo dos últimos 70 anos: a crise ambiental, os preconceitos étnicos, o feminicídio, o impacto das redes sociais e a presença cada vez maior da tecnologia nas atividades humanas ocupam as pautas dos jornais e evidenciam o cotidiano das sociedades. Ou seja, os acontecimentos do tempo presente tornam-se inquietantes para o historiador e exigem dele um posicionamento: “O tempo histórico (...) é produzido pela distância criada entre o campo da experiência, de um lado, o horizonte da expectativa, do outro: ele é gerado pela tensão entre os dois lados” (Koselleck *apud* Hartog, 2015, p. 39). Essa afirmativa considera o distanciamento entre as experiências e as expectativas que marcam as sociedades no tempo presente. Em que pesem as contribuições das experiências individuais e coletivas para a organização da vida em sociedade, as expectativas em relação futuro interferem no conceito da experiência e da sua relação com os desafios do tempo presente.

A relação entre as experiências e as expectativas pode estar presente nos projetos políticos e sociais; pode sugerir estudos de tendências

conservadoras que reinterpretem o passado, ignorando a memória coletiva das vivências catastróficas, por exemplo, a ditadura civil militar, a escravidão negra, o genocídio indígena, entre outras. Nessa perspectiva, situam-se as mulheres e suas conquistas, algumas das quais vêm sendo questionadas nos dias atuais, em vários países, exigindo uma retomada dos intelectuais e dos (as) ativistas na preservação da memória de suas lutas. Em outras palavras, o que se considerava uma conquista talvez consolidada, nos tempos atuais, sugere outros olhares, a partir do aceleramento da rotina, com o uso das tecnologias e a criação de novas exigências da vida cotidiana.

Ao historiador ou à historiadora que iniciou suas pesquisas sobre a História das Mulheres há algumas décadas, inspirada nas produções historiográficas de Michelle Perrot (1988), Joan Scott (1991), Natalie Davis (1997), entre outras estudiosas, para as quais as mulheres são objeto de estudo e sujeitos sociais, o período da pandemia de covid-19 tornou-se um tempo de inquietação e de perplexidade. Tempo de tensão entre o passado, quando se registrou um leque de conquistas femininas, e o presente, em que as mulheres se viram obrigadas ao confinamento doméstico e por consequência à gestão de um conjunto ainda maior de tarefas. Ou seja, ao longo da história das sociedades, as mulheres sempre tiveram que gerir um conjunto de tarefas; durante a pandemia em questão, elas tiveram que assumir ainda mais obrigações.

O cenário da pandemia despertou reflexões sobre a organização da vida cotidiana, uma vez que o prolongado isolamento exigiu das mulheres trabalhadoras estratégias para atender ao trabalho fora e dentro de casa. A participação feminina no mundo do trabalho produtivo sofreu certa ameaça no sentido de que não houve medidas institucionais que garantissem o apoio às famílias e às mulheres trabalhadoras, particularmente as das camadas menos privilegiadas.

Historicamente, o reconhecimento da participação das mulheres no mundo do trabalho público foi visto com reservas pelas autoridades, como se o espaço urbano fosse um ambiente exclusivamente masculino: “O lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático, pelo menos no

mundo ocidental” (Perrot, 1998, p. 8). No diálogo com outras áreas do conhecimento, por exemplo, no campo da economia, constata-se que até nos dias atuais permanecem resquícios das concepções clássicas de que a mulher está para a casa assim como o homem está para a vida pública na cidade.

Há que se considerar, porém, que as mulheres pobres sempre trabalharam em diferentes atividades no espaço público, o que era perfeitamente aceitável pelos cidadãos, de maneira geral:

Seu trabalho não é remunerado (...). Ela não tem acesso ao dinheiro, a não ser pelos serviços miúdos que sempre se esforça em fazer caber dentro dos interstícios de tempo que lhe deixa a família: atividades comerciais – venda nas bancas ou cestos, à moda camponesa, que persiste apesar de todas as regulamentações, que exigem cada vez mais alvarás e autorizações – mas ainda mais horas de faxina para fora, lavagem de roupas, trabalhos de costura, tomar conta de crianças, recados e entregas domésticas; (...) As mulheres desdobram uma extrema engenhosidade para encontrar nos múltiplos comércio das cidades, onde conhecem todos os cantos, recursos complementares que empregam para completar o orçamento da família (...). Nunca trabalham tanto com o quando o homem está desempregado (Perrot, 1988, p. 190).

A escrita da história das mulheres revela que, em diferentes sociedades, elas realizavam tarefas diversas, no campo e na cidade, muitas vezes assumindo as mesmas atividades dos homens, desconstruindo o conceito de que o trabalho feminino se restringia às tarefas leves e delicadas. A história revela ainda que as mulheres sempre trabalharam dentro e fora de casa e que as conquistas relativas ao trabalho no espaço público se vincularam mais às mulheres representantes das camadas privilegiadas, que outrora se ocupavam apenas dos cuidados familiares.

Assim, recuperar as mulheres como sujeitos sociais contribui para se repensar o presente e contar/escrever outra história na perspectiva de seus desempenhos, inquietações e conquistas, o que, por vezes, requer documentos e metodologias próprias, como, por exemplo, a história oral. Por outro lado, trata-se de reavivar o diálogo entre as experiências do passado e as expectativas em relação ao futuro, o que remete às incertezas, porque o presente pode ser sempre uma novidade:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. (...) a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltando para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto (Koselleck, 2006, p. 309-310).

Por estes caminhos, historiadoras e historiadores dos mais diversos períodos históricos vêm retomando a história das mulheres buscando conhecer nas entrelinhas dos discursos masculinos o papel que elas desempenhavam, bem como suas estratégias para atender aos próprios anseios e necessidades.

Revisitar o passado, na perspectiva do que sugere o anjo de Paul Klee, pode ser como: “Acordar os mortos e juntar os fragmentos” (BENJAMIN, 1985, p. 226), o que inspira os estudiosos a escrever uma *história outra*².

No Brasil, há algumas décadas, a condição feminina e o cotidiano das mulheres vêm sendo objeto de estudos históricos. Partindo de autores que consideram as mulheres comuns – pobres, negras, migrantes, indígenas, operárias –, historiadoras e historiadores de referência em nosso País, como Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), preocuparam-se com a história das mulheres em diferentes tempos e lugares. A historiadora marcou essa escrita evidenciando as experiências femininas das mulheres pobres na cidade de

² A expressão *uma história outra, uma outra história* é usada por Michelle Perrot (1988, p. 212) em sua abordagem sobre as mulheres na história em relação às suas práticas cotidianas e formas de resistência.

São Paulo no século XIX, em suas múltiplas estratégias para cuidar da casa, dos filhos e vender seus quitutes nos centros urbanos:

Igualmente tensas, embora menos ritualizadas em grandes ocasiões públicas, foram, desde o início, as relações das quitadeiras com o fisco e autoridades municipais. Toda a sua maneira de sobreviver implicava a liberdade de circulação pela cidade, pois dependiam de um circuito ativo de informações, bate-papos, leva-e-traz, contratos verbais... contra os quais havia medidas de repressão forjadas pelo sistema colonial, envolvendo licenças, toques de recolher, passaportes, salvo-condutos, que afetariam drasticamente, se fossem cumpridas a ferro e fogo, a possibilidade do ganha-pão. Ao sabor do crescimento do espaço urbano, organizava-se um pequeno comércio em que as mulheres pobres eram ao mesmo tempo vendedoras e freguesas, constituindo a própria clientela; vendedoras e quitadeiras eram simultaneamente agentes de demanda e de oferta, sobrevivendo com relativa autonomia, graças à dificuldade de qualquer sistema efetivo de vigilância e controle policial (Dias, 1984, p. 48).

Luciano Figueiredo (1993) resgatou o dia a dia da mulher no cotidiano da mineração na capitania das Minas Gerais no século XVIII, trazendo referências às formas de controle das autoridades, bem como a ativa participação feminina na economia da região, sendo comprovada, em dados oficiais, sua contribuição no valor dos impostos arrecadados:

Apesar do campo oferecer menos oportunidades para o trabalho feminino do que a cidade, e das dificuldades de acesso à propriedade, foram várias as mulheres participando como roceiras de pequenas produções rurais arrendadas. Não chega a ser difícil admitir que muitas destas lavradoras, além de se

ocuparem da produção de subsistência, garantissem elas mesmas, ou através de outras mulheres, o pequeno comércio de gêneros básicos nos núcleos urbanos mineiros. Esta tendência estaria refletida nos índices sobre todos os produtos agrícolas, compreendendo sua décima parte (Figueiredo, 1993, p. 192).

Mary Del Priore (1997), na organização da obra *História das mulheres no Brasil*, reúne autores(as) que, em diferentes perspectivas e abordagens metodológicas, esclarecem conceitos historicamente construídos sobre os papéis femininos, buscando problematizá-los, desconstruindo-se ideias universais do ser mulher:

Muitas mulheres, trabalhadoras e, especialmente, as feministas, têm lutado nas últimas décadas pela construção de uma esfera pública democrática. Elas querem afirmar a questão feminina e assegurar a conquista dos direitos (...). Por isso mesmo, é importante estabelecer as pontes que ligam as experiências da história recente com a do passado, acreditando que nos acercamos de um porto seguro e nos fortalecemos para enfrentar inúmeros problemas do presente (Rago, 1997, p. 604-605).

Para historiadoras e historiadores, que privilegiam as mulheres comuns como objeto de pesquisa, o longo período da pandemia pode ser significativo para a história do tempo presente. Na tensão entre as experiências e as expectativas, a recuperação das mulheres como sujeito da história, sugere que novas problemáticas poderão ser lançadas ao passado, sobre o que permanece como conhecimento historicamente acumulado e o que ainda está por ser explorado e que interfere no cotidiano das mulheres nos dias atuais.

3. Mulheres e a covid-19: alguns aspectos para se refletir

Não sendo o objetivo deste artigo a revisão historiográfica sobre o tema mulheres, e sim retomá-las como agentes sociais que constituíram a vida em sociedade, que registraram seus trabalhos e conquistas no período de pandemia da covid-19, os historiadores e as historiadoras das mulheres acompanham as manchetes dos jornais e das mídias acerca do lugar e da condição feminina nas várias frentes de trabalho e dos cuidados com as tarefas da casa e dos filhos. Tornaram-se evidentes as tendências conservadoras sobre o papel da mulher na vida social, por vezes reforçando-se a sua exclusividade nos cuidados da casa e dos filhos.

O modelo de organização tradicional, segundo o qual o papel *natural* da mulher é cuidar da casa e dos filhos e o dos homens é o sustento financeiro familiar, ainda hoje está presente no mundo do trabalho dentro e fora da casa. Trata-se da concepção ocidental de que as mulheres estariam para o espaço privado assim como os homens para o espaço público. Ainda que as conquistas femininas em diversos setores sejam consideradas, como a ocupação de cargos outrora ocupados somente pelos homens, pesquisas revelam que o modelo tradicional ainda perdura, com as mulheres acumulando as tarefas domésticas e a maternidade, o que reforça a discussão sobre a *naturalização* dos encargos femininos no prolongado tempo de isolamento. Considerando as lutas e as conquistas das mulheres, a economista Machado (2020) analisa essa realidade em tempos de pandemia:

Os impactos econômicos das medidas de isolamento social afetaram desproporcionalmente os trabalhadores mais vulneráveis. Não apenas aqueles com menores salários e para os quais o trabalho remoto não é uma opção, mas também para aqueles cujo arranjo familiar – a presença das crianças – dificulta o exercício de suas funções quando as escolas estão fechadas. (...) É notório que o fechamento das escolas compromete o aprendizado das crianças e prejudica a retomada das atividades econômicas para trabalhadores com filhos. É um

enorme retrocesso voltar a impor às mulheres a escolha binária entre carreiras e famílias (Machado, 2020, p. 18).

Conforme essas análises, retornar aos lares, ocupar-se exclusivamente da casa e dos filhos e desconsiderar as frentes de trabalho experimentadas pelas mulheres, seria um retrocesso histórico, uma vez que:

Ao longo deste último século, as mulheres ampliaram sua presença no mundo do trabalho (formal e informal) e ocuparam diversos campos profissionais. Porém, paradoxalmente, a maior parte das mulheres continua concentrada em ocupações de menor remuneração, em empregos precários e vulneráveis, sendo que elas são mais atingidas pelo desemprego que os homens. Persistem ainda dificuldades de inserção em determinadas especialidades ou funções, bem como as desigualdades salariais e os múltiplos obstáculos à promoção nas carreiras existentes (Matos; Borelli, 2012, p. 145-146).

Entre os obstáculos para o ingresso da mulher como força produtiva no mundo do trabalho estão as concepções que projetaram a desvalorização do trabalho feminino, uma vez que as tarefas do lar não foram convencionalmente remuneradas, o que colaborou para o descrédito também de sua profissionalização no mercado de trabalho. De acordo com o IPEA, em 1970, as mulheres tiveram “uma participação no mercado de trabalho de 20%, enquanto a (...) dos homens chegava a 70%” (Passos; Guedes, 2018 p. 75).

O acesso à qualificação profissional trouxe o aumento estatístico da mão-de-obra feminina especializada em vários setores econômicos, mas não foi acompanhado da remuneração compatível e do respeito procedente do público masculino. Mesmo assim, as mulheres que conseguiram alcançar postos privilegiados e com salários elevados delegaram as tarefas da casa e dos cuidados aos filhos a outras mulheres, diminuindo entre elas a tensão da

escolha entre uma tarefa e outra³. Já as mulheres pobres nunca tiveram as mesmas oportunidades, pois a maioria não tem oportunidades de se qualificar e obter rendimentos maiores. Para elas, conciliar as tarefas domésticas e as responsabilidades profissionais segue sendo um desafio constante. Constata-se, assim, a resistência em se reconhecer, valorizar o trabalho feminino e a não se criarem condições indispensáveis para o desempenho da profissão e do exercício da maternagem.

Neste tempo de pandemia, como se afirmou anteriormente, a ausência das escolas e o fechamento das creches trouxeram um grande transtorno para as mães que trabalham fora, principalmente nas famílias que se caracterizam como monoparentais:

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco), cerca de 1,5 bilhão de crianças e adolescentes em todo o mundo está fora da escola devido ao fechamento das instituições de ensino como iniciativa para contenção de casos da covid-19. No Brasil também houve a interrupção das atividades nas creches, escolas, e universidades públicas e privadas. Com isso, a dinâmica das famílias com crianças e adolescentes tem exigido um esforço maior dos pais, responsáveis e/ou cuidadores que necessitam conciliar o trabalho remoto, o trabalho doméstico e os cuidados com os filhos (Marques *et al.* 2020, p. 3).

³ Os dados do IPEA, segundo Passos; Machado (2018, *apud* Passos; Guedes, 2018, p. 75-76), afirmam que as estimativas, que acusam a superioridade masculina no mercado de trabalho, permaneceram em pesquisa realizada em 2004. Contudo, segundo consulta à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2010, as mulheres atingiram 49% no ingresso do mercado de trabalho, ainda que permaneçam as concepções que associam a mulher ao trabalho doméstico. Verifica-se ainda uma mudança e enfraquecimento do quadro tradicional, à medida que novas configurações ocorrem, atualmente, na divisão sexual do trabalho. No entanto, as mulheres escolarizadas, que ascendem às funções com maiores possibilidades salariais, enfrentam o que se convencionou chamar de um “teto de vidro”, ou seja, a necessidade de superarem os obstáculos que fragilizam a trajetória profissional feminina.

O aumento da carga de trabalho procedente dos cuidados com os filhos e com a casa, além das atividades profissionais, geraram problemas emocionais, o que sinalizou para as instituições públicas a necessidade de se preocuparem com o bem-estar da mulher. Tal preocupação deve ser, em particular, com a saúde mental, um fator sintomático do período de pandemia da covid-19, que conduziu muitas mulheres a repensar ou interromper suas carreiras, diminuindo o ritmo e a produtividade. Colaboraram para esse cenário os dados do IBGE⁴ de maio a setembro de 2020; o desemprego aumentou e atingiu sobremaneira as mulheres: “No mês de agosto, constatou-se que a desocupação feminina foi de 16,2% e a masculina, de 11,7%” (Carrança 2020, p. 1). Também se observou que as profissões relacionadas à alimentação e aos serviços domésticos foram afetadas porque empregam mulheres, assim como as profissões relacionadas aos cargos de chefias e gerências foram pouco impactadas:

Os trabalhadores em situação de maior precariedade no mercado de trabalho, os impossibilitados de realizar seu trabalho a distância e aqueles do setor informal da economia são os que possuem maior risco de perder a ocupação. Também as mulheres devem ser afetadas de forma diferenciada nessa crise devido à ausência de atividades escolares presenciais e ao aumento das atividades domésticas e de cuidados (...). Os mais afetados em termos de perda de ocupação foram as mulheres, os mais jovens, os pretos e os com menor nível de escolaridade (...). Tais resultados são corroborados pela evidência internacional sobre os efeitos da crise da pandemia da covid-19 sobre o mercado de trabalho (Barbosa; Costa; Hecksher, 2020, p. 61).

⁴ Tiago Xavier (2020, *apud* Carrança, 2020, p. 1), consultor econômico, analisou os dados do IBGE constantes no PNAD Covid, que traz os índices estatísticos citados no texto. Segundo o estudioso, historicamente a taxa de desemprego entre as mulheres sempre foi maior, mas o período da pandemia intensificou a desigualdade. O consultor concluiu ainda que os grupos formados por gerentes, intelectuais, profissionais das ciências são os que desempenham suas atividades na modalidade *home office*, portanto os que têm escolaridade e reconhecido nível de instrução.

Para tais estudos, os analistas acima citados compararam o último trimestre de 2019 e o início da crise econômica (março de 2020) provocada pela covid-19, em relação aos trabalhadores que perderam suas ocupações. Eles também consideraram os índices dos anos anteriores (2018-2019; 2017-2018) a fim de conhecer o que seria específico do período da pandemia. Os dados comparativos revelam que, em março de 2020, 15% dos trabalhadores perderam suas ocupações, sendo que as mulheres faziam parte dos 20% dos desempregados, o que contribuiu para o aumento das desigualdades sociais.

Como parte deste contexto, o cotidiano do isolamento vem mostrando que as mulheres precisaram fazer uso de inúmeras estratégias para atender às necessidades da casa, dos filhos e não abandonar sua profissão. Essa tensão na vida cotidiana voltou a mobilizar as mulheres para decisões, por vezes, exclusivamente femininas. Se, num passado distante, em linhas gerais, elas tinham de escolher entre “casar ou rezar”⁵ ou, num passado menos remoto, elas tinham de escolher entre a carreira e a família⁶, ou ainda conciliar os cuidados entre o trabalho e os filhos, no tempo presente essa problemática constituiu um vaivém na rotina das mulheres. São comuns os depoimentos das que optaram por renunciar à maternidade para exercer com competência uma profissão ou abandonar o trabalho para cuidar das crianças.

Entre as mães trabalhadoras, chefes de casa e responsáveis pelo sustento dos filhos, essa opção nunca existiu, uma vez que a necessidade de manter a casa sempre se impôs com força. Colabora para acentuar esse problema social a ausência de serviços para a mãe pobre e trabalhadora, ou seja, a

⁵ Na Idade Média, as filhas das famílias aristocráticas enfrentavam a possibilidade de ter de fazer escolhas: rezar ou casar, uma vez que os casamentos eram arranjados, e, para a mulher que desejasse estudar, por vezes o convento se tornava a única possibilidade de acesso ao saber. Daí surgiram as muitas monjas que se dedicaram à leitura e à escrita.

⁶ A historiadora Margareth Rago (1997) evidencia o contexto desafiador para a mulher trabalhadora no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Nessa época, acentuou-se a moral social de que a saída desse público para as atividades profissionais fora do âmbito da casa representaria o abandono dos filhos, a destruição do modelo de família da época, o afrouxamento dos laços familiares, pois elas deixaram de ser carinhosas e, com o tempo, até mesmo se desinteressariam do casamento.

inexistência de políticas públicas eficazes para garantir a conciliação entre a vida pessoal e a profissional. Há relatos de que entre elas se desenvolveu uma rede de solidariedade, revelando que, no cotidiano, elas dividem inquietações e estabelecem acordos, alguns dos quais são constituintes da identidade feminina, o que, sem dúvida, provoca constante estresse e sobrecarga de atribuições. A mãe trabalhadora, que não pôde abrir mão de seu emprego, em alguns casos negociou com as vizinhas o cuidado dos filhos, o que serviu de exemplo para outras, tornando a vizinhança solidária, estreitando as relações humanas, apesar de não se justificar o atendimento das crianças em espaços informais. Daí a necessidade de as autoridades investirem na criação de creches e de escolas compatíveis com as exigências atuais, ou seja, pensar a condição feminina e o mercado de trabalho. Como mostra a produção historiográfica de Dias (1984) e Figueiredo (1993), não só no passado as mulheres criaram estratégias para atender às exigências do cotidiano da casa e do mundo do trabalho, também nos dias atuais elas são ativas na criação de novas possibilidades de para a vivência do tempo presente.

Assim, para o estudioso, são muitos os depoimentos e fontes diversas sobre a condição das mulheres neste período de pandemia da covid-19, apresentados em quadros estatísticos, mas nem sempre possíveis de serem usados. Isso porque dizem respeito a este tempo intenso e de movimento, no qual há uma inflação de informações, as quais necessitam de um repouso para que possam ser consideradas significativas para a elaboração dos estudos. A cada dia surgem novas estatísticas e alteram-se os quadros informativos com novos números a serem examinados. Assim, retomando Rouso (2016, p. 262), este tempo em movimento impõe desafios aos historiadores e acentua a provisoriedade de suas reflexões.

No contexto da pandemia de covid-19, em que as pessoas estão vivendo profundas mudanças, cabe problematizar: De que maneira as conquistas femininas podem ter sido afetadas por esse período turbulento? O que pode mudar em relação à história das mulheres, particularmente as trabalhadoras que sustentam a casa? O movimento de conquista profissional e o exercício

na vida pública seriam um processo de conquista inacabado no devir da trajetória feminina?

Durante o isolamento no cotidiano de suas casas, entre homens e mulheres, no cumprimento de suas funções, ocorreram momentos de tensão em que o público feminino sofreu com a violência doméstica. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020, p. 1-2), comparando-se as estatísticas de 2019 com o mesmo período em 2020, houve aumento nos casos de feminicídio, sendo maior a porcentagem entre as mulheres negras. Além da acentuada violência em relação à mulher negra, reconhece-se descaso com as conquistas registradas ao longo das últimas décadas no reconhecimento da contribuição dos afrodescendentes, particularmente das mulheres, em várias dimensões da vida em sociedade, para além de seu papel na economia. As abordagens culturais reconhecem o papel feminino nos espaços público e privado e na preservação das tradições dos povos. Profissionais de diversos setores vêm buscando evidenciar os atores desse cenário e cobrar das autoridades políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres.

Somam-se a esses fatos os dados do PNAD (2020, p. 38-40), que mostram queda no número de queixas das mulheres nas delegacias, no Ministério Público ou na Defensoria Pública. Segundo a análise dos especialistas, o clima de tensão no ambiente doméstico, a pressão psicológica masculina ou a presença dos agressores teriam ameaçado o agir feminino para o acesso às redes de proteção e aos canais de denúncia. Também as medidas de isolamento teriam favorecido esse clima de tensão, uma vez que, para o registro das queixas, exige-se a presença da vítima.

Assim, a pandemia de covid-19 no Brasil fez aumentar a violência contra ao público feminino, dissolver o apoio mútuo, acentuar o quadro de exclusão ainda que se registrem decisões em favor da mulher, como, por exemplo, a divulgação de informações em cartilhas, na *internet* e nas redes sociais, o que nem sempre foi acessível às camadas menos privilegiadas, contribuindo para agravar a desigualdade social.

Em vários países, a consciência de que o isolamento colaboraria para o aumento do clima de tensão nas relações homem-mulher motivou a implantação de uma série de medidas para atender ao pleito das mulheres. Entre essas medidas estão a criação de dispositivos para denúncias, instalação de equipes de proteção e aconselhamento nas farmácias ou nos supermercados, de modo que, ao estarem nesses lugares realizando compras, as mulheres pudessem buscar ajuda junto às autoridades. Segundo os estudiosos Pimentel e Martins (2020, p. 41), em países como França, Espanha, Itália e Argentina os quartos de hotéis se tornaram locais de acolhida às mulheres sem proteção, bem como para o isolamento necessário no tempo do confinamento.

Considerações finais

O presente artigo buscou refletir sobre alguns aspectos da condição feminina durante a pandemia de covid-19, bem como a respeito da necessidade de se debruçar sobre a história das mulheres em sua diversidade e complexidade, a partir do diálogo entre o passado e o presente, em resposta aos desafios de uma *história inacabada*. Como afirma Marc Bloch: “O historiador não pode ser um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel ao seu dever de exploração e de aventura” (Bloch, 2001, p. 21).

Refletir sobre o cotidiano das mulheres em tempos de pandemia significou tentar estabelecer um diálogo reflexivo com o que já se produziu na historiografia, sem a intenção de esgotar neste trabalho suas diferentes abordagens e interagir com uma história em movimento. Tornou-se uma aventura de pensamento e de escrita pensar a história do tempo presente e seu suporte documental, uma vez que se dispõe de uma grande quantidade de informações, as quais trazem inquietações sobre o que considerar e quais metodologias de pesquisa lhe são pertinentes.

Nesse sentido, a história do tempo presente tem provocado indagações a respeito de como os historiadores podem se debruçar sobre esse tempo em movimento e considerar os acontecimentos para escrever a história. Na apreensão do que parece provisório, do que ocorre num ritmo contínuo e acelerado, pensar o presente, na sua organização interna, pode ser compreender o que existe de passado no presente, o seu lugar de inteligibilidade e a relação que estabelece com o futuro. E, nessa perspectiva, estão as mulheres, sujeitos sociais, com suas ações e suas lutas por serem reconhecidas como agentes que constituem a vida em sociedade. Então, o objetivo do artigo foi alinhar esse diálogo que os historiadores realizam com as evidências do cotidiano, do espaço em que transitam e as interpretações do passado consideradas para a escrita da história.

A história das mulheres já tem uma longa trajetória e no cenário da pandemia de covid-19 despertou para novas problemáticas, assinalando a necessidade de se divulgar, com mais intensidade, o que já se produziu sobre a temática, conforme mostram as abordagens históricas.

Refletir sobre a história das mulheres durante uma pandemia possibilitou pensar que o clima de tensão permanece como parte da realidade feminina, seja no ambiente de casa, seja no espaço público, nas opções de trabalho, no índice de desemprego, bem como na ausência de políticas públicas para combater a violência que verificada nesse contexto. Permanecem as concepções sobre a responsabilidade das mulheres nas tarefas domésticas, bem como o desafio de vencerem os obstáculos para conciliar seu duplo papel.

Em tempos de pandemia, o público feminino vem sendo afetado pela sobrecarga de trabalho, pelo fantasma do desemprego e pela violência no ambiente familiar. Apesar dessas evidências, as mulheres continuam sua luta, escrevendo a história, desempenhando funções, colaborando para a escrita de uma *história outra*.

Assim, no exercício de se pensar a experiência feminina recuperada pela historiografia e as expectativas que se evidenciam dessa tensão entre o passado e o futuro, as funções femininas apontam para outras formas de

organização no sentido de superar a divisão sexual do trabalho tradicional. Mulheres passaram a trabalhar em casa para conciliar suas funções, organizaram uma rotina de trabalho por períodos distintos; realizam trabalhos temporários, sinalizando mudanças contínuas, tornando-se um desafio pensá-las em seu cotidiano, uma vez que a história de suas lutas por direitos e igualdade ainda continua em pauta.

No processo de elaboração dessa escrita, a pandemia revela rupturas, sugerindo mudanças, o que se assemelha, para tomar o conceito de Rousso (2016), a uma *história inacabada*. Todavia, neste tempo de incertezas, pode-se concluir que, apesar dos pensamentos conservadores, as mulheres engrossaram as lutas por seus direitos, partindo para experiências profissionais diversas, bem como para alternativas de conciliação entre suas novas e tradicionais funções.

As antigas tarefas relegadas à esfera doméstica evidenciaram que tudo o que se relaciona com cuidados vem sendo entendido como trabalho das mulheres, ou seja, as crianças, os idosos, as idosas e as pessoas com deficiências estariam, particularmente, vinculadas aos cuidados femininos, o que contribui para aumentar a sobrecarga de trabalhos desse público. Isto é, instituiu-se no imaginário coletivo de que os trabalhos relativos aos cuidados doméstico e familiar não podem ser considerados como aqueles próprios do espaço público e que essas funções seriam, na verdade, apenas obrigações e atribuições natas ou estabelecidas culturalmente, a depender da interpretação, das mulheres por serem mães e filhas.

Referências

BARBOSA, Ana Luísa de N. Holanda; COSTA, Joana Simões; Marcos HECKSHER. *Mercado de trabalho e pandemia da covid 19: ampliação das desigualdades já existentes?* Mercado de Trabalho, n. 69, jul. 2020. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercdetrabalho.pdf>. Acesso em: 28 de out. 2020.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica. Arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARRANÇA, Thais. Taxa de desemprego chega a 17% entre mulheres e 16% entre negros. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 24 out. 2020, Mercado, p. 1.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

MACHADO, Cecília. Crise de gênero ou do mercado de trabalho. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 4 ago. 2020, Mercado Coronavírus, p. 18.

MARQUES, Emanuelle et al. *A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela covid-19: panoramas, motivações e formas de enfrentamento*. Cadernos Saúde Pública. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 36 (4), abr. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n4/e00074420/>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova história das mulheres (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PASSOS, Luana; GUEDES, Dyeggo Rocha. *Participação feminina no mercado de trabalho e a crise dos cuidados da modernidade: conexões diversas*. Planejamento e políticas públicas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 50, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8502/1/ppp_n50_participa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIMENTEL, Amanda; MARTINS, Juliana. O impacto da pandemia na violência de gênero no Brasil. In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 14, 24 jul. 2020. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2020.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova história das mulheres (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 605.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. *História das mulheres*. v. 4. Porto: Afrontamento, 1991.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*, 2008.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 669-672.

Submetido em: 07/11/2020

Aceito em: 16/01/2021

Publicado em: 02/02/2021